
LEITURAS DE ESTADO EM GRAMSCI E SUAS APROPRIAÇÕES NAS PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Elem Lustosa¹
Michelle Fernandes Lima²
Anita Helena Schlesener³

RESUMO

O presente artigo resultou da pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Centro Oeste. A investigação teve como foco o mapeamento da produção acadêmica em políticas educacionais que toma por base a perspectiva gramsciana. Tais trabalhos fazem parte do Banco de Teses e Dissertações da CAPES de 2013 a 2016. O estudo da produção do conhecimento científico e dos aspectos teórico-metodológicos da pesquisa em política educacional tomou por base duas linhas de interpretação da obra gramsciana que sinalizam algumas tendências de leitura no Brasil: liberal e revolucionária, ambas contempladas nas teses e dissertações na área de política educacional. Partimos da suposição de que o conceito de Estado é frequentemente contemplado nas produções científicas sobre políticas educacionais, o que destaca a importância em problematizá-lo como fio condutor deste trabalho.

Palavras-chave: Gramsci. Estado. Produção acadêmica.

STATE READINGS IN GRAMSCI AND ITS APPROPRIATIONS IN RESEARCH IN EDUCATIONAL POLICIES

Abstract

The present article is result of the research attached to the Post Graduation Program in Education from the State University of the Midwest (Unicentro). The investigation was focus on mapping the academic production in educational policies, following the perspective of Gramsci in the state of Paraná. Such works are part of the CAPES database of Theses and Dissertations from 2013 to 2016. The research is result of studies and concerns about the production of scientific knowledge and the theoretical-methodological aspects in the ambit of the research in educational politics as well as the use of Antonio Gramsci's works. The study was based on two lines of interpretation of the Gramscian work that indicate some tendencies of reading in Brazil: liberal and revolutionary, both contemplated in theses and dissertations in the area of educational politics. We come from the assumption that the concept of State is frequently contemplated, highlighting the importance in problematizing it.

Keywords: Gramsci. State. Academic production.

¹ Mestre em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO. Grupo de pesquisa: Estado, Políticas e Gestão da Educação. elemlustosa@hotmail.com.

² Professora Doutora em Educação e docente, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. Grupo de pesquisa: Estado, Políticas e Gestão da Educação. mfernandesdelima@yahoo.com.br.

³ Professora Doutora em Educação e docente, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná – UTP. anita.helena@libero.it.

LECTURAS DE ESTADO EN GRAMSCI Y SUS APROPIACIONES EN LAS INVESTIGACIONES EN POLÍTICAS EDUCACIONALES

Resumen

El presente artículo es el resultado de la investigación vinculada al Programa de Postgrado en Educación de la Universidad Estadual del Centro Oeste. La investigación tuvo como foco el mapeo de la producción académica en políticas educativas que toma por base la perspectiva gramsciana. Tales trabajos forman parte del Banco de Tesis y Disertaciones de la CAPES de 2013 a 2016. El estudio de la producción del conocimiento científico y de los aspectos teórico-metodológicos de la investigación en política educativa se basó en dos líneas de interpretación de la obra gramsciana que señalan algunas tendencias lectura en Brasil: liberal y revolucionaria, ambas contempladas en las tesis y disertaciones en el área de política educativa. Partimos de la suposición que el concepto de Estado a menudo se contempla, destacando la importancia en problematizarlo.

Palabras clave: Gramsci. Estado. Producción académica.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa resultou das inquietações sobre a produção do conhecimento científico e os aspectos teóricos e metodológicos no âmbito da pesquisa em política educacional, bem como do interesse de se compreender o uso das obras de Antonio Gramsci em teses e dissertações para realizar a discussão sobre esse tema.

Para este trabalho objetivamos apresentar duas tendências observadas na investigação de interpretação da obra gramsciana identificadas em pesquisas no campo das políticas educacionais: a) liberal; b) revolucionária. Partimos da problemática de que o conceito de Estado é frequentemente contemplado, por isso priorizamos o estudo desse conceito como fio condutor da pesquisa, e elencamos a seguinte questão: de que maneira as pesquisas sobre Políticas Educacionais, com aporte teórico-metodológico em Gramsci se apropriam do conceito de Estado? A partir deste problema buscamos verificar e sistematizar a apropriação teórico-metodológica de Gramsci nas pesquisas em políticas educacionais com enfoque no conceito de Estado.

Iniciamos a partir da problematização da produção científica gramsciana nas pesquisas em educação, especificamente na área de políticas educacionais, focando a sua apropriação como referencial teórico-metodológico nas pesquisas acadêmicas da Pós-Graduação em Educação no estado do Paraná, publicadas de 2013 a 2016, no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

A análise foi realizada com base na historicidade. Para Gramsci, um dos princípios da metodologia histórica são os movimentos orgânicos (permanentes) e conjunturais (ocasionais). “O erro que se incorre frequentemente nas análises histórico-políticas consiste em não saber encontrar a justa relação entre o que é orgânico e o que é ocasional” (GRAMSCI, 2011, p. 37). Gramsci salienta a importância da historicidade, pois sempre encontramos nos seus textos que não é possível pensar o presente sem levar em consideração o que aconteceu no passado. Por esse motivo, salientamos o movimento histórico e a dinâmica da produção de pesquisas em política educacional. Gramsci (2011, p. 38) comenta sobre a relação entre a história e a política de forma dialética:

O nexo dialético entre duas ordens de movimento e, portanto, de pesquisa dificilmente é estabelecido de modo correto; e, se o erro é grave na historiografia, mais grave ainda se torna na arte política, quando se trata não de reconstruir a história passada, mas de construir a história presente e futura: os próprios desejos e as próprias paixões baixas e imediatas constituem a causa do erro, na medida em que substituem a análise objetiva e imparcial e que isto se verifica não como “meio” consciente para estimular à ação, mas como autoengano.

Partindo do princípio da historicidade, para a leitura da realidade na conjuntura brasileira, buscamos apontar as contradições e fragilidades na apropriação no Brasil das ideias de Gramsci e ainda a sua pulverização em diversas áreas do conhecimento. Optamos por nos voltarmos especialmente para a nossa área de estudo que são as Ciências Humanas.

TENDÊNCIAS DE LEITURA DAS OBRAS DE ANTONIO GRAMSCI NO BRASIL

A disseminação das ideias de Gramsci no Brasil não aconteceu rapidamente e nem, tampouco, num processo instantâneo de reconhecimento da sua obra. Seus escritos foram chegando por várias frentes: pela política, por estudantes, por professores, por revistas e jornais, por militantes e, aos poucos, essas ideias foram se aproximando da academia brasileira e despertando o interesse de pesquisadores importantes da área da educação, já reflexo do reconhecimento do autor em diversos países.

A partir da tentativa de não estudar o objeto por ele mesmo, buscamos verificar como as ideias de Gramsci chegaram ao Brasil, elencando as tendências e as interpretações de Gramsci. Não temos a pretensão de contemplar toda a complexidade

do pensamento gramsciano no Brasil, temos clareza que a realidade é complexa e que apropriação do seu pensamento também é complexa o que implica em múltiplas análises e leituras. No entanto, na investigação realizada, buscamos tentar unir um pouco este “quebra-cabeça” que é de difícil apropriação. Para Gramsci:

Pensar uma afirmação filosófica sendo verdadeira em determinado período histórico, isto é, como expressão necessária e inseparável de uma determinada ação histórica, de uma determinada práxis, mas superada e “esvaziada” em um período posterior, sem, porém, cair no ceticismo e no relativismo moral e ideológico, ou seja, conceber a filosofia como historicidade, é operação mental um pouco árdua e difícil (GRAMSCI, 2014, p. 120).

Nos anos 1920 e 1930, seu nome aparecia em artigos de jornais como um dos nomes importantes da militância do PCI, mas o seu reconhecimento era muito mais pela sua participação efetiva na política Italiana, pois a sua obra veio a ser conhecida na Itália somente depois de sua morte que ocorreu em 1937.

Ainda nos anos 1930, no Brasil, seu nome era pouco citado e, quando aparecia, era por meio de participantes do Partido Comunista Brasileiro – PCB, entre outros intelectuais que eram antifascistas, como, por exemplo, os trotskistas e intelectuais independentes interessados em uma teoria mais política e crítica da sociedade como afirma, Secco (2002, p. 16).

A solidariedade a Gramsci cumpria, desde o início, uma função nacional, e era, de certa maneira, uma primeira e incipiente apropriação de sua obra [...] Essa relativa independência da figura moral e política de Gramsci permitiria que a solidariedade a ele ultrapassasse as fronteiras do PCB. De certa maneira, pode-se dizer, estribado em fontes documentais, que foram os trotskistas e os intelectuais independentes os pioneiros na divulgação do nome de Gramsci no Brasil.

E, neste momento, o interesse por Gramsci era mais pela atuação política, do que por sua obra de fato. Gramsci era mais conhecido em nosso país como um líder da classe operária, influenciando o PCB com alguns artigos sobre os trabalhadores. Foi nos anos seguintes que o estudo de seus artigos começou a interessar intelectuais brasileiros.

Nos anos 1940, a sua obra ainda não havia sido divulgada amplamente, a não ser alguns poucos artigos publicados na Itália, outros nas revistas brasileiras, mas muito distantes do que ele vinha a ser nos anos 1970. Sobre isso, comenta Coutinho (2007, p. 153): “O autor que viria a se tornar, a partir dos anos 1970, um dos autores estrangeiros mais lidos e discutidos no Brasil – e não apenas pelos marxistas – era então, no final dos anos 1950, praticamente desconhecido entre nós”.

Nos anos 1950, percebemos, então, que a teoria gramsciana no Brasil era praticamente desconhecida, pois somente em 1947 ela começa a ser publicada na Itália e, em 1960, quando o marxismo se fortalece e teoria começa a chamar atenção de estudiosos brasileiros.

No Brasil, o conhecimento sobre Antonio Gramsci começa a se tornar importante, especialmente nas Universidades de São Paulo, onde a leitura aparece mais forte entre as discussões nas obras literárias. “A primeira tentativa de discussão política da obra de Gramsci feita por um brasileiro foi um artigo de Michel Lowy publicado em 1962” (SECCO, 2002, p. 27). A título do artigo era “Consciência de Classe e Partido Revolucionário”⁴.

O interesse acadêmico por Gramsci começa a ficar evidente e este processo pode ser reconhecido como o reflexo do marxismo no debate social e político, marcado pela busca da desmistificação da ideologia na sociedade capitalista.

Mas, foi a partir de 1966 que a teoria de Gramsci, já famosa na Itália, começa a se fortalecer no Brasil frente a algumas traduções de estudiosos brasileiros. As primeiras edições surgem em 1966 com a seguinte cronologia, segundo Secco (2002, p. 28):

Cartas do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966 (introdução de Noênio Spínola); Concepção dialética da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966 (introdução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder); Literatura e vida nacional, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968; Maquiavel, a política e o estado moderno, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968; Os intelectuais e a organização da cultura, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Um ano depois foi editada uma carta inédita de Gramsci: “Carta sobre o futurismo italiano”, in Trotski, L., Literatura e revolução, Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

Carlos Nelson Coutinho foi uma das figuras chave no trabalho das traduções e, em parceria com Leandro Konder, conseguiu trazer para a literatura brasileira livros de Gramsci. Esses primeiros livros traduzidos destacavam o autor italiano como filósofo crítico, da cultura e da filosofia da práxis e dos intelectuais, como contextualiza Coutinho (2007, p. 156): “Essa primeira “operação Gramsci” tinha, assim, uma finalidade clara: apresentar o leitor brasileiro de Gramsci, sobretudo filósofo e crítico literário, no qual a dimensão estritamente política tinha um peso secundário”.

⁴ Ao contrário de Coutinho e Konder, Lowy não se refere ao Gramsci filósofo e sociólogo da cultura, mas sim ao teórico político, com especial interesse pelo período de *L'Ordine Nuovo*, quando Gramsci teoriza sobre conselhos de fábrica (COUTINHO, 2007, p. 189).

Os textos políticos “*Maquiavel, Il Risogimento*” foram lançados somente a partir de 1980. O próprio Coutinho, mais tarde, (1981, p.12) reconhece que a política era ponto central na teoria gramsciana:

A política é ponto focal de onde Gramsci analisa a totalidade da vida social, os problemas da cultura, da filosofia etc. É na esfera da política – ou, de modo mais amplo, na elaboração de uma ontologia marxista da práxis política – que parece consistir a contribuição essencial de Gramsci ao marxismo.

Nesse primeiro momento, as publicações foram concentradas no aspecto filosófico e cultural, somente mais tarde, outros temas começam a chamar atenção de estudiosos brasileiros.

Essa primeira tentativa de propor Gramsci ao público brasileiro teve escassa repercussão. Nosso autor tinha sido publicado no Brasil num momento em que vastos setores da intelectualidade de esquerda, radicalizando sua oposição e uma ditadura que também se radicalizava, não mais reconheciam nas propostas políticas do PCB (e da cultura marxista que permanecia sob sua influência), uma resposta adequada aos desafios da nova situação (COUTINHO, 2007, p. 157).

Essa repercussão se deu justamente em época de Ditadura Militar que foi um governo extremamente centralizador e opressivo com o povo brasileiro, o que pode ter influenciado a não disseminação das suas obras.

Nos próximos 20 anos, um pequeno grupo de pessoas tomam decisões, excluindo os trabalhadores da participação política, fato este que interfere na falta de voz do povo na literatura utilizada como aporte teórico, como expressa Saviani (2010a, p, 01) em sua primeira experiência com uma obra traduzida no Brasil:

Naquele momento, entretanto, o contexto político desfavorável não propiciou a efetiva circulação dessas publicações, tanto assim que meu primeiro contato com Gramsci deu-se no início dos anos 1970 por meio de livro *El materialismo histórico y la filosofía de Benedito Croce*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1971. E só tomei conhecimento da edição brasileira, lançada em 1966 com o título de *Concepção dialética da histórica*, mais tarde, já no final da década de 1970.

Sobre esta tradução lançada no Brasil com o título “*Concepção Dialética da História*”, Nosella (1989) aponta uma crítica em seu texto “*Apresentação e comentários da revisão e tradução da obra de Gramsci*”, a ser considerada:

Em 1965 a Editora Civilização Brasileira, lançou o primeiro volume dos Cadernos do Cárcere e a tradução feita por Carlos Nelson Coutinho com base no “original” italiano: *Il Materialismo Storico e la Filosofia `di Benedetto Croce* da Editora *Einaudi*. Na verdade, o editor brasileiro “resolveu mudar o título para *Concepção Dialética da História*, porque achava que o título original soava “muito subversivo” [...] “Assim o sentido estropiou-se de vez,

pois, se nem o título “original” italiano pertence a Antonio Gramsci, menos ainda a sua tradução (NOSELLA, 1989, p. 3)”.

Embora o livro tenha sido efetivamente publicado 1966, e não em 1965 como afirma o autor, a crítica de Nosella em seu texto, é a falta de rigor para as traduções brasileiras, segundo Nosella (1989, p.03) “as censuras e os limites técnicos se avolumavam”, pois as traduções tinham problemas e, ainda, as ideias de Gramsci foram sendo tomadas com alguns equívocos conceituais. Coutinho (2007, p. 156) explica que a mudança do título foi “por temor da censura” na época do Golpe Militar.

Antes mesmo de chegar ao Brasil, já na Itália essas obras recebiam críticas e controvérsias sobre suas interpretações. A primeira edição da obra de Gramsci, a “Edição Temática”⁵ provocou grande impacto entre os Italianos. E, posteriormente, esta edição foi reeditada para na edição crítica dos Cadernos do Cárcere de *Valentino Guerratana* publicada pela Editora *Giulio Einaudi* em 1975⁶.

Dias (1996, p. 185) também problematiza as edições brasileiras e italianas, comentando que as traduções mascaravam a realidade:

Todo o processo da edição da obra gramsciana foi uma maquiagem redutora. E tudo isso marcado pela cultura socialista nacional. Mas esse não é toda a história: Togliatti já tinha feito outra maquiagem com a obra de Gramsci. Ao apresentá-lo como discípulo de Lenin, legitimava a si mesmo. Criava uma tradição: Marx-Engels-Lenin-Gramsci-Togliatti. Como responsável pela edição italiana, ele publicou as obras do cárcere primeiro e só no fim as obras pré-cárcere (esta sequer se cogitou de publicar no Brasil).

Diante das leituras de Dias (1996), percebemos uma interpretação de Togliatti com relação à obra de Gramsci, o que não desconsidera a sua importância para a primeira edição das obras. Schlesener (2001, p. 86) também comenta sobre a interpretação de Togliatti:

Porém, se deve salientar também que, depois da edição crítica dos Cadernos do Cárcere se pode perceber que houve uma interpretação togliattiana de Gramsci não apenas na publicação temática dos fragmentos, mas principalmente na divulgação das ideias gramscianas em discursos e manifestações políticas no curso dos anos. Refazer o percurso da leitura de Togliatti permite desfazer alguns equívocos e esclarecer a posição política de Gramsci ante o stalinismo e ante problemas específicos da história italiana.

⁵ A edição temática foi publicada por Palmiro Togliatti logo depois da guerra, com as notas do cárcere em torno de grandes temas (SECCO, 2002, p. 34).

⁶ Esta edição foi preparada por Valentino Guerratana em quatro volumes primorosos que totalizam 3.370 páginas (SECCO, 2002, p. 38).

E é justamente este percurso que Schlesener elabora em sua tese⁷ abordando o caminho percorrido por Togliatti na edição das obras de Gramsci, afirmando que ele mesmo já sinaliza a sua orientação política no prefácio do primeiro volume da edição temática *Il materialismo storico e la filosofia de Benedetto Croce*, como segue nas palavras:

Na seqüência do prefácio Togliatti procura justificar o reagrupamento das notas por ordem temática, argumentando que a descontinuidade do texto gramsciano se devia (apenas) às circunstâncias que dificultaram o seu livre acesso ao material bibliográfico necessário para desenvolver uma pesquisa continuada. Subentende-se que, ao reordenar os fragmentos, Togliatti está efetuando um trabalho de acabamento que visa não apenas facilitar a leitura mas realizar a própria intenção do autor (SCHLESENER, 2001, p. 128-129).

Ao mesmo tempo, a base de Coutinho é justamente Togliatti e, muito embora nós não tenhamos feito uma análise apurada acerca da tradução de Coutinho, não podemos desconsiderar também a importância da sua obra no Brasil. Não estamos criticando a relevância e a importância na entrada das ideias de Gramsci no Brasil, no entanto, para avançarmos no estudo é importante que sejamos mais próximo e fiel à leitura de sua obra. A fidelidade da leitura está ligada a língua, o que não significa que a tradução não seja importante, mas é importante problematizar esse aspecto já foi pontuado por outros autores.

Todo o percurso de investigação apontou alguns indicativos sobre as diferentes frentes de leitura do Gramsci no Brasil. A tese de Schlesener (2001) possibilitou perceber que é possível apontar linhas de interpretação da obra gramsciana e algumas tendências de leitura de Gramsci no Brasil: *a) uma vertente de cunho liberal e; b) uma vertente de cunho revolucionária.*

Na primeira, verifica-se como Gramsci tratava da liberdade orgânica que era justamente a revolução para criar novos instrumentos de participação política, isto é, “uma liberdade que se expressa na construção autônoma e coletiva das regras e normas que modelam o espaço público da vida social” (COUTINHO, 1997). Esta tendência foi utilizada como leitura de Estado liberal, separando a sociedade política e a sociedade civil para explicar o funcionamento do Estado.

Como afirma Schlesener (2001, p. 80):

A dicotomia entre Estado e sociedade civil no texto gramsciano permitiu subtrair e até suprimir as contradições de classes para falar da busca de um

⁷ SCHLESENER, A. H. **A recepção de Gramsci no Brasil a interpretação no contexto do PCB nos anos 60.** Doutorado em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital do UFPR, 2001.

consenso no âmbito da sociedade civil. O projeto gramsciano perdeu, assim, a sua originalidade e pôde ser transformado num instrumental de absorção das classes dominadas ao projeto hegemônico da burguesia: a luta das classes trabalhadoras foi transformada em "conquista de posições" no interior do Estado burguês (e, na sequência, essa conquista foi reduzida à luta pela simples cidadania burguesa) e a revolução enquanto tomada do poder deixou de fazer parte das estratégias políticas. Confundi-se reformas lentas e graduais com processo de transformação a longo prazo, como se a estrutura capitalista não tivesse a força e a capacidade de absorver crises e tirar proveito de pequenas mudanças. Desconheceu-se o alerta do próprio Gramsci e se criou uma situação semelhante à "conquista por etapas" que Gramsci superou com sua teoria política.

Outra questão importante para entender esta leitura do Estado burguês é que o pensamento liberal, além de separar sociedade política e sociedade civil, faz a separação entre economia, política e filosofia.

Na segunda vertente, não existe a separação de sociedade civil e política, pois o Estado a que Gramsci se refere é uma unidade entre o econômico, o político e o cultural, uma vez que a sociedade civil também é Estado. Conforme explica Schlesener (2001. p. 83) a partir dos escritos de Gramsci:

A partir de seus escritos, o sentido desse novo conceito, que não coincide com a liberdade política implementada pelo liberalismo, apresenta uma nova complexidade e supõe a reflexão sobre a relação dinâmica entre mudança política e mudança cultural no bojo da construção de uma nova ordem social. A liberdade orgânica como proposta política implica a efetiva igualdade econômica, bem como a transformação do Estado que, à medida que é entendido como conjunto de sociedade política e sociedade civil, abre a possibilidade de pensar a sua transformação interna.

Nesta leitura revolucionária o conceito de Estado é renovado, pois sociedade civil e política se entrelaçam para a construção de um projeto socialista. No livro "*Los usos de Gramsci*", destacamos um aspecto: há no Brasil leituras mais culturais e outras de cunho mais político e ainda há aqueles que separam a leitura de economia, filosofia, história e política. Este livro aborda a questão da dicotomia das leituras feitas de Gramsci em função da conjuntura italiana e das publicações das suas edições:

Existe, por ejemplo, un Gramsci precursor del "togliattismo", esto es, de la política prudent e del comunismo italiano en la segunda posguerra, considerada por algunos como una reedición de la que llevara a cabo la socialdemocracia alemana en vísperas de la primera guerra mundial. Ésta es la versión más difundida, más estable, apuntalada por un enorme aparato partidario que la ha colocado en el plano más alto de su santoral. Otro Gramsci, en el extremo opuesto, alimenta desde sus "escritos de juventud" , una visión espontaneísta de los procesos revolucionarios en los que el papel de la organización política, como instrumento de la transformación social, estaría subordinado a un plano casi inexistente. Éste es el Gramsci "consiliar"; profeta exclusivo de la organización obrera en las fábricas, mentor de una democracia proletaria que no se articularía, sino por adición, en una fracción política (PONTANTIERO, 1981, p. 67-68).

Já Coutinho (2007, p. 190) relata que Marco Aurélio Nogueira em entrevista faz a seguinte observação sobre os anos 1970: “Não se trazia o Gramsci marxista, ou marxista-leninista, ou o Gramsci fiel ao pensamento de Marx. Era o Gramsci a meio caminho entre o marxismo e o liberalismo”.

Destacamos que nossa posição está pautada na tendência crítica e revolucionária que não desconsidera a política, a economia e a cultura; leva em consideração a totalidade e o contexto italiano em que a obra de Gramsci foi escrita. A escolha do objeto de pesquisa já foi pensada à luz desta posição para verificar a apropriação teórica e metodológica de Gramsci nas pesquisas em políticas educacionais, levando em consideração as contradições em que Gramsci foi e é utilizado.

No levantamento realizado contemplamos dois elementos: 1) pesquisas sobre Gramsci; 2) e pesquisas que citam Gramsci nos seus resumos no que se refere à questão metodológica. As instituições contempladas foram: Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, Universidade Estadual de Maringá – UEM, Universidade Estadual de Londrina – UEL, Universidade Federal do Paraná – UFPR, Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC, e Universidade Tuiuti do Paraná – UTP.

Com o descritor inicial “Gramsci” encontramos 314 pesquisas. A partir disso utilizamos o filtro com os nomes das Instituições do Paraná e encontramos 36 pesquisas. Depois de filtradas as instituições, realizamos mais um filtro com foco nos Programas de Pós-Graduação em Educação e como resultado obtivemos 24 trabalhos.

Nossa suposição inicial de que o conceito de Estado é muito utilizado foi confirmada, pois dos 24 trabalhos que apresentam os conceitos explicitamente nos resumos, três deles trabalham com o Estado. A partir da leitura dos resumos, priorizamos para esse trabalho três pesquisas para leitura completa, com intuito de verificar como este conceito foi apropriado e a relação que estes trabalhos apresentam do conceito de Estado com o objeto de estudo proposto, conforme o quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Pesquisas que citam Gramsci e a utilização dos seus conceitos

Quantidade de Trabalhos citados	Conceitos
3	Estado
3	Intelectual
2	Escola Unitária

2	Sociedade Civil
1	Bloco Histórico
1	Revolução Passiva
Total = 12	

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir do Banco de Teses e Dissertações da CAPES 2106.

Das pesquisas selecionadas, escolhemos algumas perguntas para guiar a leitura: Que referências de Gramsci eles utilizam? Usam o próprio autor? Quais os intérpretes de Gramsci aparecem nos trabalhos? Usam os Cadernos, as Cartas ou os Escritos Políticos? Usam intérpretes? Quais? Como o conceito de Estado é abordado na pesquisa? Gramsci aparece só na introdução ou ao longo do trabalho?

O quadro 2 aponta um resumo dos trabalhos e as perguntas elaboradas a partir da leitura das pesquisas:

Quadro 2 – Conceito de Estado presente nas pesquisas em políticas educacionais no Estado do Paraná no Período de 2013 a 2016

Pesquisas Acadêmicas	Conceito	Referências de Gramsci	Livros/Artigos dos Intérpretes de Gramsci
1 - As Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional do Estado do Paraná à luz dos princípios gramscianos: a implementação analisada sob a perspectiva docente (ESTACHESKI, 2013).	Estado Ampliado	- Cadernos do Cárcere Volumes 1, 2, 3 e 4 da edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho (2011). - Escritos Políticos Volume 1 da edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho (2004).	- Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Coutinho (2007). - O Partido como agente política em Gramsci. Luiz Carlos de Freitas (2009). - Roteiros para Gramsci. Liguori Guido (2007). - O Princípio Educativo em Gramsci. Manacorda (2008). - Marx, Gramsci e o conhecimento. Marcos Francisco Martins (2008). - Gramsci e o Bloco Histórico. Portelli (2002). - Gramsci e a Sociedade Civil. Giovanni Semeraro (1999). - Gramsci o Estado e a Escola. Rosemary Dore Soares (2000). - Educação, economia e Estado: base e superestrutura, relações e mediações. Carnoy Martin (1984).
2 - Educação do Campo: desafios para implementação de uma política educacional das escolas do campo	Estado ampliado	- Cadernos do Cárcere Volumes 2 e 3 da edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho	- Roteiros para Gramsci. Liguori Guido (2007). - Estado, classe e movimento social. Montaño e Duriguetto (2011).

(PAULA, 2013).		(2011). - Cartas do Cárcere Volume 2 da edição e tradução de Luiz Sérgio Henriques (2005).	
3 - Associação Brasileira de Educação: as Conferências Nacionais de Educação como estratégias de intervenção da intelectualidade abeana na política educacional do ensino secundário no Brasil (1928-1942) (VALERIO, 2013).	Estado Ampliado	- Cadernos do Cárcere Volumes 1, 2 (2004), 3 (2002) e 4 (2001) da edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho.	- Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil. Norberto Bobbio (1999). - Tudo Começou com Maquiavel. Luciano Gruppi (1980). - Gramsci e o Bloco Histórico. Portelli (1977). - Historicismo, Cultura e Formação Humana no pensamento de Antonio Gramsci. Carlos Eduardo Vieira (1999).

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras a partir do Banco de Teses e Dissertações da CAPES 2106.

Notamos que, dos três trabalhos escolhidos para análise, todos eles utilizam os Cadernos do Cárcere, na edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho, como bibliografia base para fundamentar as suas pesquisas. Além dos Cadernos, eles referenciam também os intérpretes do autor no Brasil, em forma de livros e artigos, conforme destacado no quadro 2 na coluna da direita.

Para tanto foi realizada uma leitura dos trabalhos buscando abordar o conteúdo teórico e metodológico para verificar como essas políticas foram analisadas nesses trabalhos e que Estado esses trabalhos contemplam. Uma questão é essencial: esses conteúdos estão ligados às quais concepções teóricas e metodológicas? Para isto, elaboramos uma síntese de cada pesquisa no sentido de indicar as perspectivas dos trabalhos.

O trabalho 1 apresenta uma dissertação de mestrado da Universidade Estadual de Ponta Grossa que busca entender por que o Estado do Paraná utiliza autores marxistas em suas Diretrizes curriculares para sua proposta de educação. Para isso a autora faz uso do termo Estado ampliado, citado já no seu resumo, para defender que, se as diretrizes são de cunho marxista, deve existir a ideia de participação da comunidade escolar na efetivação das propostas do governo.

Tendo presente a necessidade de vislumbrar a visão gramsciana de Estado ampliado para a efetivação da proposta analisada, consideramos, em suma, as necessidades que se colocam no atual contexto, uma vez que essa concepção engendra o interesse da classe trabalhadora e dos subalternos,

muito embora as DCE's não a referencie como condição necessária à sua efetivação (ESTACHESKI, 2013, p. 54).

O trabalho segue abordando a importância em se conhecer o conceito para dar aporte teórico à ação do Estado do Paraná. E, ainda, a pesquisa pressupõe que o Estado do Paraná concorda com o termo de Estado ampliado, já que adota um referencial de autores marxista, mesmo que isto não esteja descrito nas diretrizes:

Partindo dos pressupostos de que a equipe da SEED, gestão 2003 -2010 por meio das DCE's assumem elementos da proposta de organização de uma escola comunista, tendo em vista algumas referências utilizadas em sua elaboração, assim como a abordagem de conceitos próprias de teorias socialistas de educação, a tendência, a nosso ver é a de que também assumem a concepção de Estado ampliado (ESTACHESKI, 2013, p. 56).

Ao analisar a proposta a autora afirma que o conceito está implícito nas propostas das diretrizes, mas que ele não é mencionado pelos autores das diretrizes. Ao longo da pesquisa a autora reconhece que as práticas das políticas públicas realmente não condizem com as diretrizes, afirmando o que seria um Estado ideal:

O Estado verdadeiramente democrático é aquele em que ambas as instâncias (sociedade política + sociedade civil) são entendidas de forma dialética e compõem o bloco histórico. A sociedade política é determinada pela sociedade civil e vice-versa, sempre no sentido de propiciar o desenvolvimento pleno das capacidades humanas dos cidadãos (ESTACHESKI, 2013, p. 89).

A partir desta leitura percebemos que a autora descola o conceito de Estado da realidade italiana e coloca no contexto brasileiro, realizando uma analogia do conceito de Estado com Estado democrático, o que nos indica que pode ser considerada uma leitura por um viés liberal, que assume a o discurso de “Estado democrático”, pois a democracia burguesa pode dar a entender uma falsa participação da sociedade nas políticas educacionais, para se manter a hegemonia do grupo dominante.

Segundo Schlesener (2001, p. 323):

A inserção do pensamento de Gramsci no Brasil sofreu os condicionamentos da leitura de uma esquerda que tomou como matriz ideológica um modelo de revolução democrático-burguesa, referencial de interpretação da realidade brasileira. A assimilação de um modelo de modo esquemático impediu de revelar e compreender as singularidades da nossa realidade histórica.

Assim pensamos que o trabalho se aproxima de uma vertente política, porém uma leitura liberal da concepção gramsciana de Estado. O que nos leva a entender que mesmo os trabalhos que se intitulam como marxista, sem perceber, podem estar naturalizando o conceito, sem levar em consideração a sua própria elaboração da teoria de Gramsci.

A pesquisa 2 é uma dissertação de mestrado da Universidade Estadual de Ponta Grosso e logo no início do resumo o trabalho aborda o Estado como categoria de análise apresentando o conceito na construção das políticas educacionais do campo contextualizando com o impacto dos programas e projetos governamentais voltados para a educação dos povos do campo. “Balizados nos pressupostos gramscianos de Estado, destacaremos, dentro da referida historicidade da educação do campo, as diferentes concepções de Estado que também permearam a história dos povos do campo” (PAULA, 2013, p. 51).

Ao longo da pesquisa, o autor resgata o conceito para diferentes autores até chegar ao conceito gramsciano. Para isso, ele utiliza definições de intérpretes e do próprio Gramsci. “No momento em que Gramsci, estabelece outra concepção de Estado, ele preconiza uma maior participação da classe trabalhadora, que deve disputar os espaços de construção de políticas voltadas à própria classe trabalhadora” (PAULA, 2013, p. 53).

Após a definição do conceito, o autor faz um resgate no contexto brasileiro sobre o papel do Estado, especificamente para a educação do campo e demonstra como o Estado se monta a partir do contexto econômico e social do Brasil. O texto trabalha em uma perspectiva política da pesquisa em educação e deixa explícita no seu entendimento que a sociedade civil também faz parte do Estado, pois ele é também sociedade civil.

Cabe ao Estado além de instituir políticas públicas, possibilitar condições de efetivação das mesmas. Ao discutir políticas educacionais, especialmente políticas para as escolas do campo, compete também à sociedade civil questionar se de fato tais políticas estão sendo efetivadas e se são de fato coerentes com a realidade campesina (PAULA, 2013, p. 65).

Porém, ao finalizar o texto, o autor deixa claro que existe uma separação entre o conceito de Estado e de sociedade civil quando afirma: “é necessário um Estado e uma Sociedade Civil comprometida com a formação da classe trabalhadora, uma formação que venha romper com o projeto educativo capitalista/burguês” (PAULA, 2013, p. 91).

Dessa forma, percebemos também traços de leitura neoliberal, pois o autor ao mesmo tempo em que expõe o conceito de Estado em Gramsci, afirmando que “Estado é também sociedade civil”, ele contradiz a sua própria explicação ao longo da pesquisa separando os conceitos.

O trabalho 3 é uma tese de doutorado da Universidade Federal do Paraná que procura acompanhar as ações do Estado e a intervenção da Associação Brasileira de Educação (ABE) com as Conferências Nacionais de Educação no processo de

elaboração da política e da legislação educacional para o ensino secundário no Brasil no período de 1928 a 1942. E, para isso, a pesquisa anuncia no seu resumo que irá trabalhar como referencial teórico o conceito de Estado Ampliado. Segundo a autora da pesquisa:

A tese que pretendemos sustentar é que as políticas públicas para o ensino secundário no Brasil neste período foram resultantes de uma intensa e complexa negociação entre os agentes da sociedade civil, representados pela ABE, e o Estado nacional, representado pelo bloco de forças políticas que apoiou a ascensão de Getúlio Vargas ao poder na década de 1930 (VALERIO, 2013, p. 13).

O texto aborda a correlação de força entre Estado e sociedade civil, e deixa claro que a ABE é representada pelos agentes da sociedade civil, e o Estado, pela sociedade política. Dessa forma, destacamos mais uma vez que o trabalho faz a dissociação de Estado como sociedade política e de sociedade civil. A autora ainda indica, em uma nota de rodapé, que “Quando nos referimos ao Estado nessa tese, estamos nos referindo à instância maior do poder, o governo federal” (VALERIO, 2013, p. 13).

Ao longo do texto, a autora deixa clara a utilização de Gramsci como referencial teórico, afirmando o termo Estado Ampliado:

Com o objetivo de melhor compreender como se estruturou a relação entre o Estado e a ABE, adotou-se aqui o conceito gramsciano de estado ampliado. Para esse autor, o Estado não deve ser entendido no sentido estreito de “governo”. Gramsci divide o Estado entre a sociedade política, que é o espaço das instituições políticas e do controle legal e constitucional formada por um conjunto de aparelhos ligados às forças armadas, à polícia e ao aparato burocrático dos poderes executivos e judiciários; e a sociedade civil, que deve ser compreendida como uma esfera privada, não estatal, formada por um conjunto de instituições responsáveis pela representação de diferentes tipos de interesses políticos, econômicos e culturais (VALERIO, 2013, p. 17).

O texto aborda o conceito de Gramsci de Estado e caracteriza claramente a sociedade civil como os aparelhos da esfera privada e a sociedade política como as instituições governamentais. Para isso, a autora descreve o conceito de Estado ampliado na sua visão:

Desse modo, o Estado Ampliado é um conceito que pretende apreender as relações de força e tensões entre sociedade política e sociedade civil. Para Gramsci o estado ampliado (sociedade política + sociedade civil) é o lugar onde se produz a luta hegemônica entre os diferentes agentes e projetos sociais (VALERIO, 2013, p. 17).

Gramsci destaque que essa separação feita de sociedade civil e sociedade política é própria do liberalismo, e no movimento do livre mercado:

L’impostazione del movimento del libero scambio si basa su un errore teorico di cui non è difficile identificare l’origine pratica: sulla distinzione

cioè tra società politica e società civile, che da distinzione metodica viene fatta diventare ed è presentata come distinzione organica. Così si afferma che l'attività economica è propria della società civile e che lo Stato non deve intervenire nella sua regolamentazione. Ma siccome nella realtà effettuale società civile e Stato si identificano, è da fissare che anche il liberismo è una «regolamentazione» di carattere statale, introdotto e mantenuto per via legislativa e coercitiva: è un fatto di volontà consapevole dei propri fini e non l'espressione spontanea, automatica del fatto economico (GRAMSCI, 1977, p. 1589-1590).

Conforme as palavras de Gramsci, tudo indica que a leitura que a autora tem dos conceitos gramscianos é de cunho político pela vertente liberal, pois ela faz distinção entre a sociedade política e a sociedade civil.

Nesses termos, a ABE, entendida como instância da sociedade civil, buscou granjear maior representatividade nas decisões do Estado, enquanto o Estado, como órgão público, desejava conquistar o consentimento das instâncias da sociedade civil para a estruturação de um projeto nacional. Nessa relação, foi estabelecido um jogo no qual cada um procurou inculcar no outro o valor de suas proposições (VALERIO, 2013, p. 18).

A pesquisa segue fazendo a separação das instâncias, ressaltando que o Estado é visto somente como órgão público, tentando conquistar a sociedade civil, sem entender que este movimento é justamente o Estado que se mescla com a sociedade civil. A forma como a autora teve acesso à obra do Gramsci foi a partir de uma vertente liberal.

Contrapor o que os trabalhos apontam com os escritos de Gramsci foi possível neste trabalho de maneira inicial devido ao tempo e limite de tradução, mas apresentaremos uma breve discussão do Estado em Gramsci a partir de suas obras.

O Estado está entre um dos conceitos mais utilizados nas pesquisas e, ainda, observamos que as três pesquisas apresentam o conceito de Estado “**Ampliado**”. Destacamos a palavra “ampliado” entre aspas, justamente pela incorporação que os autores fazem do conceito. O uso do termo “Estado Ampliado” não foi cunhado pelo Gramsci, mas muito difundido em seu nome.

O conceito de Estado ampliado gera confusão, porque todo Estado é ampliado, uma vez que se constitui da articulação da sociedade política e sociedade civil, mas o que ocorre é a divisão, pois na estrutura do Estado para o liberalismo ele é entendido como o aparato do governo, e a sociedade civil, como espaço da economia, uma divisão que o liberalismo faz para separar política de economia. E Gramsci não faz essa divisão, pois, na medida em que se separa Estado como aparato de governo e sociedade civil como o mercado, gera-se uma série de mecanismos que o liberalismo desenvolver para a dominação como estrutura de controle e ideológica.

Em uma das cartas de Gramsci para Tania, sua cunhada, ele utiliza o termo “ampliar” para o conceito de intelectual, afirmando que “certas determinações” poderiam ser usadas para o conceito de Estado:

[...] Eu amplio muito a noção de intelectual e não me limito à noção corrente, que se refere aos grandes intelectuais. Este estudo também leva a certas determinações do conceito de Estado, que habitualmente, é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento), e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas etc.) e é especialmente na sociedade civil que operam os intelectuais. (GRAMSCI, 2005, p.84).

Para Gramsci, a ampliação seria como uma extensão sem limites, isto é, o Estado e a sociedade civil perpassam e permeiam um ao outro. É sobre as relações sociais que o Estado se constitui e assim se criam as políticas públicas e, dentre elas, as políticas educacionais. “O Estado é além do aparelho governamental, também o aparelho privado de hegemonia ou sociedade civil” (GRAMSCI, 1991, p. 147). Assim, o Estado, na concepção de Gramsci, significa “a sociedade civil mais sociedade política, isto é, hegemonia revestida de coerção” (GRAMSCI, 1991, p. 149).

Estudiosos da sua obra começaram a adotar o termo comum quando se aborda o contexto do Estado. Uma das primeiras autoras a utilizar a ampliação do Estado foi *Christinne Buci-Glucksmann* em seu livro “Gramsci e o Estado” (1980). E ela explora o seguinte trecho de Gramsci para falar da ampliação do Estado:

Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e Governo, identificação que é, precisamente, uma reapresentação da forma corporativa-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção) (GRAMSCI, 2011, p, 144).

E logo Buci-Glucksmann (1980, p. 98) usa o termo ampliado para designar a fórmula de Gramsci para Estado: “A ampliação do Estado passa, portanto, por uma incorporação da hegemonia e de seu aparelho de Estado”. Gramsci caracteriza o Estado como a união da sociedade política com a sociedade civil, pois a sociedade civil incorpora o Estado em sua forma de atuar.

Apontamos como crítica a utilização do termo “Estado Ampliado” que é um dos conceitos mais citados e, dessa forma, percebemos a importância em estudar a teoria gramsciana e buscar entender como a sua obra foi e está sendo apropriada no Brasil.

Nas palavras do próprio Gramsci, ele afirma que a sociedade civil não é também o Estado, mas o próprio Estado:

Lo Stato «veilleur de nuit». Nella polemica (del resto superficiale) sulle funzioni dello Stato (e si intende dello Stato come organizzazione politico-giuridica in senso stretto) l'espressione di «Stato - veilleur de nuit» corrisponde all'italiano di «Stato carabiniere» e vorrebbe significare uno Stato le cui funzioni sono limitate alla tutela dell'ordine pubblico e del rispetto delle leggi. Non si insiste sul fatto che, in questa forma di regime (che poi non è mai esistito altro che, come ipotesi-limite, sulla carta) la direzione dello sviluppo storico appartiene alle forze private, alla società civile, che è anch'essa «Stato», anzi è lo Stato stesso (GRAMSCI, 1977, p. 2302).

Edmundo Fernandes Dias foi um importante pesquisador das ideias de Gramsci, e sua posição é refletir sobre algumas questões como: De que Gramsci estamos falando? Que Gramsci foi idealizado e pensado no Brasil? O autor sempre pontua problemas contemporâneos sobre a estruturação tecnológica. Dias (2014, p. 19) faz uma crítica à questão da interpretação:

Palavras como liberdade, igualdade, ordem, cidadania e suas formas discursivas correlatas são vitais para os dominantes. As palavras dessa “grande narrativa” tornaram-se, em conjunto, metalinguagens constituidoras do real e nos remetem a um problema que percorrerá nosso texto: o da interpretação. Ela pode, quando separada da sua problemática, ter um sentido não apenas alterado, mas produzir efeitos políticos contraditórios aos interesses das classes em presença. Um belo exemplo são as leituras que se fazem da sociedade civil em Gramsci, para quem ela é um desdobramento metodológico do conceito de Estado. No entanto ela é lida, mesmo por intelectuais que se reclamam do marxismo, como entidade separada de sociedade política e transformada em elemento que permite/facilita e captura liberal da subjetividade antagonista.

Dias (2014) afirma que não é recomendável separar sociedade civil de Estado, pois isso se torna “anti-gramsciano”, assim reafirmamos a importância sobre a discussão do conceito de Estado e a sua presença nas pesquisas acadêmicas. Na concepção gramsciana existe uma relação de forças entre a sociedade civil e a sociedade política, uma relação que é orgânica e faz com que elas interajam de uma forma dialética. Schlesener (2001, p. 75) comenta sobre o perigo desta separação:

Ao dissociar sociedade política de sociedade civil e gerar a crença de que a primeira cuida das coisas públicas e a segunda se constitui como o espaço do privado, oculta-se o verdadeiro papel do Estado e os mecanismos de dominação que se concretizam por meio das relações de livre mercado.

E o modelo liberal do pensamento gramsciano faz justamente esta separação, afirmando que Estado é igual à sociedade política mais a sociedade civil, sem levar em consideração que esta é uma visão mecânica e não quer dizer o que Gramsci pontuava

sobre o modelo de Estado que não é só a soma das duas instâncias, mas sim entender as relações que permeiam a sociedade civil e política.

O próprio Gramsci afirma que o Estado é resultados das relações da sociedade civil e da sociedade política:

Ma non bisogna credere che tale unità sia puramente giuridica e politica, sebbene anche questa forma di unità abbia la sua importanza e non solamente formale: l'unità storica fondamentale, per la sua concretezza, è il risultato dei rapporti organici tra Stato o società politica e società civile (GRAMSCI, Q 25, 1977, p. 2288).

É nesse sentido que Schlesener (2001, p. 62-63) explica o Estado e suas relações na concepção gramsciana:

Sociedade política e sociedade civil não podem ser entendidas como instâncias dicotômicas e que por elas se separe a coerção do consenso: entre sociedade política e sociedade civil há uma integração dialética de funções. A noção gramsciana de Estado inclui em sua estrutura a sociedade civil e é por meio da articulação entre coerção e consenso que o Estado dirige a sociedade e concretiza o seu papel "educador", realizando a hegemonia da burguesia, de modo que falar da construção de um projeto socialista por etapas, no interior da sociedade civil, opondo-a à sociedade política, significa refletir e atuar no contexto da estrutura de dominação vigente, sem conhecer e questionar sua natureza.

É por este motivo que a relação do Estado é muito maior do que a sua divisão em sociedade política e civil. Trata-se de uma relação de forças, A relação é também cultural, pois o modelo liberal da leitura gramsciana, faz manter essa divisão para dificultar a luta pela hegemonia.

Saviani (2010, p. 13) ao tratar o Estado em Gramsci faz a seguinte abordagem: “O termo ‘Estado’ exprime, portanto, a unidade dialética entre sociedade política e sociedade civil. Ou seja, a união orgânica entre as funções de dominação e de hegemonia”. Por isso que, da mesma forma Schlesener (2014, p. 52), ao abordar o conceito de hegemonia em Gramsci, a autora relata que é essencial entender como funciona a natureza do Estado moderno e como se desenvolvem as relações de força: “Para avaliar a densidade política da noção de hegemonia é preciso entender a estrutura do Estado moderno, o modo como ele se apresenta e atua a fim de consolidar e manter o poder instituído”.

Numa leitura mais revolucionária e radical há de se considerar o próprio Gramsci e a sua concepção de Estado. Assim, Schlesener (2014) afirma que toda “a base da sua reflexão é retomada na unidade entre economia, política e filosofia” e que é esta relação que explica a posição de Gramsci a respeito da questão do método.

Priorizamos um levantamento sobre o que os autores, que já se preocuparam ao estudo de Gramsci, apresentam como contribuições. As questões são levantadas e os pontos são considerados no que se refere à pesquisa em política educacional. Como relata a pesquisadora Almeida (2014, p. 215):

Gramsci apresenta pontos que são chaves para se discutir a mistificação ou crítica das políticas educacionais no âmbito da investigação, sobretudo aquela que ocorre nos programas de Pós-Graduação em educação. A pesquisa em política educacional vincula-se à luta hegemônica. A forma como as questões a serem investigadas são elaboradas já as comprometem politicamente.

As pesquisas em políticas estão ligadas às questões de Estado e entender como esta concepção aparece nos trabalhos nos dá elementos para a discussão de como o Estado é visto pelos pesquisadores. Buscamos na abordagem teórica e metodológica a utilização de Gramsci nas pesquisas em políticas educacionais.

Os desafios da leitura de Gramsci são evidentes, por ser uma obra fragmentada e pelas questões advindas da tradução. O estudo de Gramsci pode ajudar na compreensão da relação do Estado, da política e da sociedade, como apontam Almeida e Silva (2013, p. 53):

As noções gramscianas são fundamentais para uma análise histórica da atividade acadêmica, especialmente da pesquisa em políticas educacionais. Elas nos fazem investigar a atuação do intelectual, em suas várias modalidades, como pesquisador e como atuante nas políticas.

A partir de 1975, o conceito de Estado em Gramsci já era discutido e entendido como um grande referencial da teoria gramsciana, pois ele revê um conceito marxista extremamente importante para as políticas educacionais.

Na teoria do Estado, Gramsci, como o fez com outros conceitos, realiza um movimento de continuidade/superação com os clássicos do marxismo (Marx, Engels, Lênin). Isso significa que através desse movimento de superação dialética, ele não rejeitou a ideia essencial de Marx e de Lênin de que todo Estado é um Estado de classe (SHEEN, 2007, p. 3).

É nesse sentido que Gramsci caracteriza o Estado como a união da sociedade política com a sociedade civil, como afirma Coutinho (2007, p. 180) na frase baixo:

Em outras palavras, o Estado “restrito”, característico da primeira metade do século XIX, torna-se um Estado “ampliado”, “complexo”, “maciço”, no qual o crescente protagonismo das massas se traduz na criação de uma rede articulada de “aparelhos privados de hegemonia”.

A partir da tradução das determinações do pensamento de Gramsci na pesquisa educacional brasileira é possível realizar uma análise metodológica em contraponto com

a própria teoria gramsciana, com algumas observações sobre a naturalização dos conceitos⁸, que por vezes pode negar a historicidade, a contradição e a objetividade.

Outro ponto importante que Gramsci sempre chamava a atenção era para “um cuidadoso reconhecimento de caráter nacional”, no sentido de reconhecer os nossos próprios progressos e limitações enquanto país, por isso Coutinho (2007, p. 187) frisa esta questão: “Os que ‘adotaram’ Gramsci no Brasil e buscam traduzi-los em ‘brasileiro’ não podem esquecer umas de suas lúcidas advertências metodológicas”.

Entendendo que a historicidade ajuda para a uma discussão teórica e conhecendo as diferentes faces da realidade, reconhecemos que ela é uma categoria fundante de análise. A naturalização dos conceitos não pode ser negligenciada, pois é recomendável ter clareza dos conhecimentos e conceitos utilizados, uma vez que “a pesquisa na pós-graduação representa uma porcentagem bastante significativa da pesquisa no Brasil; é necessário discutir sobre as condições sob as quais ela vem sendo produzida” (KRAWCZYK, 2013, p. 8).

Quando sinalizamos que iremos partir das ideias gramscianas não é apropriado partir somente enquanto método. Gramsci não escreve especificamente sobre método, ele era um revolucionário. É recomendável situar de qual realidade estamos falando e de que Estado ele está se remetendo, da mesma maneira não é adequado fazer uma apropriação a-histórica.

Não temos respostas, mas problemas. Um exemplo disso é quando utilizamos o conceito de Estado no Brasil. Torna-se adequado pensar na particularidade brasileira, pois muitas vezes falamos apenas do geral e não do específico.

Será que a teoria gramsciana está sendo abstraída e utilizada como fundamento teórico para propostas que ele mesmo não defendia? Não poderíamos responder a essa pergunta, mas buscar problematizar e contextualizar como ele está sendo utilizado nas pesquisas da Pós-Graduação.

A leitura da tese de Schlesener (2001) possibilitou levantar algumas questões para análise, pois poderíamos elencar inúmeras questões e analisar a partir de diferentes caminhos, no entanto pela opção teórica e metodológica deste trabalho levantamos algumas questões.

⁸ Termos e conceitos têm sido absorvidos pela pragmática retórica corrente. Uns foram naturalizados – o capitalismo, por exemplo -, alguns foram construídos, ressignificados, modificados ou substituídos por outros mais convenientes (MORAES, 2003, p. 158).

Desta maneira, apontamos esse caminho contribuindo para análises as políticas educacionais e, para isto, realizamos uma breve descrição da perspectiva do conteúdo dos trabalhos diante de algumas questões propostas: quais os mais culturais? Quais os mais políticos? Quais os trabalhos são de vertente liberal? Quais são de vertente mais crítica? Como o Estado aparece? Quantas vezes aparecem o conceito? Quais as fontes?

Para tanto foi realizada uma leitura dos trabalhos buscando abordar o conteúdo teórico e metodológico para verificando como essas políticas foram analisadas nesses trabalhos e que Estado esses trabalhos contemplam. Uma questão é essencial: esses conteúdos estão ligados à quais concepções teóricas e metodológicas?

Diante disso, podemos verificar que os trabalhos apresentam um viés político que fazem a separação entre economia e política, mas o que Gramsci trata sobre Estado é extremamente importante para o entendimento do próprio Estado as suas relações com as pesquisas em políticas educacionais.

Ao mesmo tempo, os trabalhos indicam também uma leitura liberal do pensamento de Gramsci, e isso está ligado a umas das formas como é visto no Brasil, seguindo para a um viés mecânico de separação dos conceitos, e esta leitura é equivocada, pois Gramsci tinha o foco numa leitura revolucionária.

Não temos a pretensão de aprofundar ou desenvolver um estudo específico de Estado em Gramsci, mas indicar em que ele trata as questões de Estado e quais as principais obras. Nós identificamos nas obras citadas, mas não podemos afirmar que são somente estas, pois a articulação entre a política e a economia perpassa toda a obra de Gramsci e somente a sua leitura na totalidade poderia trazer esta questão de forma mais sistematizada e completa. Um estudo aprofundado da obra de Gramsci seria um estudo de uma vida, de anos de estudo, de leitura na própria fonte em italiano.

Assim, temos mais perguntas do que respostas nesse trabalho: por que essas discussões recaem numa concepção liberal da leitura de Gramsci? Quem são os autores que fazem uma leitura liberal ou revolucionária? Quais são as fontes? Que formação é oferecida nos programas de Pós-Graduação com relação às leituras de Gramsci? Quais as obras estão sendo utilizadas? Quais as universidades reproduzem a leitura liberal ou revolucionária?

A partir desta e de outras constatações, percebemos que é possível um olhar para a investigação em política e a sua produção acadêmica, especialmente no que se refere à apropriação de Gramsci.

Diante do exposto de que é recomendável permitir o entendimento do processo e também priorizar um rigor teórico para interpretar o pensamento de Gramsci, a proposta foi verificar a sua apropriação nas pesquisas em Políticas Educacionais, não no sentido de avaliar, mas sistematizar essas apropriações.

Diante disso, podemos verificar que os trabalhos têm um viés político que fazem a separação entre economia e política, mas o que Gramsci fala sobre Estado é extremamente importante para o entendimento do próprio Estado as suas relações com as pesquisas em políticas educacionais, que é justamente nosso objeto de estudo neste trabalho.

Ao mesmo tempo, os trabalhos indicam também uma leitura liberal do pensamento de Gramsci, e isto está ligado a umas das formas como é visto no Brasil, seguindo para a um viés mecânico de separação dos conceitos e esta leitura é equivocada, pois Gramsci tinha o foco em uma leitura revolucionária.

Podemos verificar que os trabalhos têm um viés político que fazem a separação entre economia e política. Ao mesmo tempo, os trabalhos indicam também uma leitura liberal do pensamento de Gramsci, e isto está ligado à forma como esse pensador é visto no Brasil, pois está seguindo para um viés mecânico de separação dos conceitos, e esta leitura é equivocada, pois Gramsci tinha o foco em uma leitura revolucionária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vários elementos nos mostraram que existem algumas tendências de leitura da obra gramsciana e uma delas foi leitura da tese de Schlesener (2001) que nos indicou que existem linhas de interpretação da obra de Gramsci no Brasil: a) uma vertente de cunho liberal e; b) uma vertente de cunho mais revolucionária.

A primeira vertente separa a sociedade civil e a sociedade política para explicar o Estado, afirmando que a atividade econômica é específica da sociedade civil onde se situa o mercado, e a atividade política é própria do Estado. Já a segunda que é caracterizada como uma vertente mais radical se refere a uma unidade entre o econômico, o político e o social em que o Estado é a mescla da sociedade política e sociedade civil, sem dissociar um do outro, isto é, o mercado e as relações econômicas se efetivam por meio do Estado.

Uma questão bastante importante quando pretendemos discutir os conceitos gramscianos é entender as duas tendências de leituras no Brasil: liberal e revolucionária

(radical). É possível conceber as duas leituras, e diversos autores fazem uma leitura liberal que se caracteriza como uma leitura equivocada de Gramsci. As leituras realizadas até aqui, portanto, nos indicou que existe a predominância de uma vertente sobre a outra. Gostaríamos de destacar que não é um problema anunciar Gramsci, mas seria importante dizer que essa dissociação de sociedade política e sociedade civil refletem até mesmo na hora de ensinar.

Esse entendimento do Estado nas pesquisas em políticas educacionais observadas em algumas pesquisas no estado do Paraná não fica só limitado à apropriação teórica e metodológica, mas também à defesa de determinadas posições políticas. Ao realizar essa leitura, ocorre uma aproximação mecânica de Estado que pode ter desdobramentos na ação prática. A relação de Estado é muito maior que uma divisão; apresenta-se como uma relação de forças que também é cultural, e o modelo liberal faz manter essa divisão. Sendo assim, não se luta pela superação do capital, mas pela resolução dos conflitos dentro do capital.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto. Os fundamentos teóricos e epistemológicos da teoria gramsciana e a pesquisa em políticas educacionais: primeiras aproximações. In: SCHELESENER, A. H. *Filosofia, Política e Educação: leituras de Antonio Gramsci*. Curitiba: UTP, 2014, p. 215-233.
- ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto. *Pesquisa Acadêmica no século XXI*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012.
- ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto; SILVA, Sidney Reinaldo da. A perspectiva epistemológica de Gramsci e a pesquisa de políticas educacionais. In: TELLO, C. ALMEIDA, M. de L. (Org.). *Estudos epistemológicos no campo da pesquisa em política educacional*. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2013, p. 27-54.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Atualidade de Gramsci*. Gramsci e o Brasil. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=293>>. Acesso em: 20 de ago, de 2017.
- COUTINHO, Carlos. Nelson. *Gramsci*. Porto Alegre: L&PM, 1981.
- COUTINHO, Carlos. Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- DIAS, Edmundo. Fernandes. Notas sobre Hegemonia. In: SCHLESENER, A. H. (Org.). *Filosofia, Política e Educação: Leituras de Antonio Gramsci*. Curitiba: UTP, 2014, p. 19-34.

DIAS, Edmundo Fernandes. Gramsci no Brasil: o rabo do diabo. In: DIAS, Edmundo Fernandes. *O Outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996.

ESTACHESKI, Joice. *As Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional do Estado do Paraná à luz dos princípios gramscianos: a implementação analisada sob a perspectiva docente* 07/03/2013. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Ponta Grossa, Biblioteca Depositária: Biblioteca Central - Campus de Uvaranas.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O Enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani. *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 2008.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Introdução ao estudo da filosofia e filosofia de Benedetto Croce. Tradução, organização e introdução Carlos Nelson Coutinho. 1 v., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Maquiavel Notas sobre o Estado e a Política. Tradução, organização e introdução Carlos Nelson Coutinho. 3 v., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRAMSCI, Antonio. *Cartas do Cárcere: 1931-1937*. v. 2. Tradução Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere. (Edizione critica dell' Instituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana). Edizione elettronica. Torino: Einaudi Editore, 1977.*

KRAWCZYK, Nora. A historicidade da pesquisa em política educacional: o caso do Brasil. *Jornal de Políticas Educacionais*, v. 6, p. 3-11, 2013.

MARX, C. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MORAES, M. C. M. (Org.). *Iluminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

NOSELLA, Paolo. *Antonio Gramsci Caderno 12: apresentação, comentários e revisão da tradução*. XII Reunião Anual da AMPEd. Faculdade de Educação-USP. São Paulo, 1989.

PAULA, Adalberto Penha de. *Educação do Campo: desafios para implementação de uma política educacional das escolas do campo*. 19/08/2013. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa Biblioteca Depositária: Biblioteca do Campus Uvaranas.

PORTANTIERO, Juan Carlos. *Los usos de Gramsci*. México: Folios Ediciones, 1981.

SAVIANI, Demerval. *Gramsci e a Educação no Brasil: para uma teoria gramsciana da educação e da escola*. A *Internacional Gramsci Society* do Brasil (IGS/Brasil) 2010. Disponível em: < http://www.igsbrasil.org/biblioteca/artigos/material/1447190212-Demerval_Saviani.pdf>. Acesso em 20 de abr. 2017.

SAVIANI, Demerval. *Gramsci e a Educação no Brasil: para uma teoria gramsciana da educação e da escola*. A *Internacional Gramsci Society* do Brasil (IGS/Brasil) 2010a. Disponível em: < http://www.igsbrasil.org/biblioteca/artigos/material/1447190212-Demerval_Saviani.pdf>. Acesso em 20 de abr. 2017.

SECCO, Lincoln. *Gramsci e o Brasil: recepção e difusão de suas ideias*. São Paulo: Cortez, 2002.

SEMERARO, Giovanni. Anotações para uma teoria do conhecimento em Gramsci. In: *Revista Brasileira de Educação*. Texto apresentado na ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), na 23ª Reunião Anual, em Caxambu – MG, de 24 a 28 de setembro de 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n16/n16a09.pdf>>. Acesso em 10 dez. 2016.

SHEEN, M. R. C. C. A política educacional como momento de hegemonia: notas metodológicas a partir das contribuições de Antonio Gramsci. *Revista HISTEDBR Online*. Campinas, nº 25, p. 3-12, mar. 2007.

SCHLESENER, A. H. *A recepção de Gramsci no Brasil a interpretação no contexto do PCB nos anos 60*. Doutorado em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital do UFPR, 2001.

SCHELESENER, Anita. Helena. *Filosofia, Política e Educação: leituras de Antonio Gramsci*. Curitiba: UTP, 2014.

TRIVINOS, Augusto N. B. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 2009.

VALERIO, Telma Faltz. *Associação Brasileira de Educação: as Conferências Nacionais de Educação como estratégias de intervenção da intelectualidade abeana na política educacional do ensino secundário no Brasil (1928;1942)* 18/03/2013. Doutorado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal do Paraná, Curitiba Biblioteca Depositária: Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes.